

Contrapontos insurgentes a políticas de retrocesso: recriando espaços de diálogos e práticas em Educação Ambiental

Insurgent counterpoints to policies of regression: recreating spaces for dialogues and practices in Environmental Education

Contrapuntos insurgentes a las políticas de regresión: recreando espacios de diálogos y prácticas en Educación Ambiental

Ana Maria Dantas Soares¹
anamdsrural@gmail.com

Samara do Santos Pimentel¹
ssantospimentel@gmail.com

Vívian Soares de Almeida¹
vivian.ufrrj@hotmail.com

Lilian Couto Cordeiro Estolano¹
liliancordeiroufrrj@gmail.com

¹Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/RJ, Brasil

RESUMO

O processo de construção de um espaço capaz de abrigar atividades de ensino, pesquisa e extensão em Educação Ambiental, representou desde 2006, um avanço nesse campo do conhecimento, no âmbito da UFRRJ, campus Seropédica. A instalação da Sala Verde – Centro de Integração Socioambiental, que passou a desenvolver inúmeros projetos e atividades, reuniu estudantes de diferentes cursos de graduação, da educação básica e da educação profissional, além de docentes e público em geral. A busca por aprofundar conceitos e discutir teorias e princípios, numa perspectiva crítica, alicerçada numa base freireana, e com o aporte de inúmeros e importantes estudiosos da área, possibilitou espaços de troca e compartilhamento que vêm contribuindo para uma formação cidadã e socioambientalmente engajada. As políticas públicas (ou não políticas) governamentais do período compreendido entre 2019 e 2022, apresentaram um grande e grave retrocesso, que atingiu de forma impactante a educação, a ciência, a cultura e as questões ambientais, de modo geral. Este texto pretende trazer ao diálogo as referências, as bases, as construções metodológicas, as vivências e as propostas construídas, na perspectiva de que novos saberes possam ser (re)elaborados, novos bordados possam ser tecidos, avivados, coloridos com aquilo que Paulo Freire nos ensinou – a troca, a partilha, em que se constroem novos mundos, a partir das mudanças nas pessoas e no seu engajamento para com uma dimensão de Ser e de Natureza, una e plena.

Palavras-Chave: Resistência. Políticas Públicas. Recriação. Educação Ambiental Crítica.

RESUMEN

El proceso de construcción de un espacio capaz de albergar actividades de enseñanza, investigación y extensión en Educación Ambiental, representó, desde 2006, un avance en este campo del conocimiento, en el ámbito de la UFRRJ, campus Seropédica. La instalación del Salón Verde – Centro de Integración Socioambiental, que comenzó a desarrollar numerosos proyectos y actividades, reunió a estudiantes de diferentes carreras de pregrado, educación básica y educación profesional, así como a docentes y público en general. La búsqueda de la profundización de conceptos y la discusión de teorías y principios, desde una perspectiva crítica, basada en una base freireana, y con el aporte de numerosos e importantes estudiosos del área, habilitó espacios de intercambio y puesta en común que han venido contribuyendo a una educación cívica y socioambientalmente comprometida. Las políticas públicas (o no políticas) de los gobiernos en el período comprendido entre 2019 y 2022 presentaron un importante y grave retroceso, que afectó de manera impactante la educación, la ciencia, la cultura y el medio ambiente, en general. Este texto pretende poner en diálogo los referentes, las bases, las construcciones metodológicas, las experiencias y las propuestas construidas, en la perspectiva de que se puedan (re)elaborar nuevos conocimientos, se puedan tejer, animar, colorear nuevos bordados con lo que nos enseñó Paulo Freire: el intercambio, el compartir, en el que se construyen nuevos mundos, a partir de los cambios en las personas y su compromiso con una dimensión del Ser y la Naturaleza, Uno y completo.

Palabras clave: Resistencia. Políticas Públicas. Recreación. Educación Ambiental Crítica.

ABSTRACT

The process of building a space capable of housing teaching, research and extension activities in Environmental Education, represented since 2006, an advance in this field of knowledge, within the scope of UFRRJ, Seropédica campus. The installation of the Green Room – Center for Socio-Environmental Integration, which began to develop numerous projects and activities, brought together students from different undergraduate courses, basic education and professional education, as well as teachers and the general public. The search for deepening concepts and discussing theories and principles, from a critical perspective, based on a Freirean base, and with the contribution of numerous and important scholars in the area, enabled spaces for exchange and sharing that have been contributing to a civic and socio-environmentally engaged education. Government public policies (or non-policies) in the period between 2019 and 2022 presented a major and serious setback, which impactfully affected education, science, and culture and environmental issues, in general. This text intends to bring to the dialogue the references, the bases, the methodological constructions, the experiences and the proposals constructed, in the perspective that new knowledge can be (re)elaborated, new embroideries can be woven, enlivened, colored with what Paulo Freire taught us – the exchange, the sharing, in which new worlds are built, from the

changes in people and their engagement with a dimension of Being and Nature, One and full.

Keywords: Resistance. Public Policies. Recreation. Critical Environmental Education.

1 Introdução

A opção por uma Educação Ambiental Crítica – EAC está no cerne da criação do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental, Diversidade e Sustentabilidade – GEPEADS, em 2003, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. O Grupo nasce a partir das discussões de um grupo de docentes e estudantes envolvidos com atividades de extensão, em municípios circunvizinhos ao campus da universidade, em Seropédica. A necessidade de aprofundamento teórico para sustentar as ações desenvolvidas e descortinar possibilidades de pesquisa nesse campo motivou a criação do Grupo, que foi certificado internamente e junto ao CNPq. Entendendo a Educação Ambiental numa perspectiva inter e transdisciplinar, percebeu-se o quão frágil se encontravam os currículos dos diferentes cursos de graduação, sobretudo as Licenciaturas, apresentando discussões pontuais e descontínuas acerca de uma temática que, a cada dia, se reveste de grande importância, dado o cenário planetário de crise ambiental.

Em 2006, o Grupo submeteu e foi contemplado, a partir de um Edital do Ministério do Meio Ambiente - MMA, com a instalação da Sala Verde – Centro de Integração Socioambiental, localizada no CAIC Paulo Dacorso Filho, no campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, no município de Seropédica. Desde o seu início e durante esses quase 20 anos de existência, esse espaço educador desenvolveu programas, projetos e atividades, numa perspectiva interdisciplinar, alinhando ações de extensão, embasadas na pesquisa. A preocupação com a formação de educadores ambientais foi constituinte da maioria dessas ações, sempre na perspectiva de integrá-las na formação acadêmica de estudantes dos diferentes cursos de graduação, da educação básica e profissional, estabelecendo fecundas interfaces. A Sala Verde – CISA se constituiu, portanto, num espaço integrador e conseguiu nessa sua trajetória ter um protagonismo na formação acadêmica de gerações, propiciando o aprofundamento teórico-prático, o engajamento na causa socioambiental, o estímulo à produção

científica, a participação em inúmeros eventos, tendo sempre como princípio os pressupostos da EAC, num processo de reflexão e autorreflexão constante, com o suporte teórico de importantes estudiosos desse campo do conhecimento, e trocas efetivas de saberes e fazeres, com o necessário entrelaçamento teoria-prática-teoria.

Na contramão desse processo, as políticas públicas (ou não políticas) governamentais do período 2018 a 2022 apresentaram um grande e grave retrocesso, que atingiu de forma impactante a educação, a ciência, a cultura e as questões ambientais, de modo geral. O fortalecimento desses espaços acadêmicos em que a Educação Ambiental tem centralidade tornou-se um desafio e uma necessidade institucional. E em meio à dificultosa volta à normalidade (ou nova normalidade) do pós-pandemia, uma decisão do MMA nos surpreendeu, com o fechamento de todas as Salas Verdes existentes no país e a abertura de Edital para um novo programa, denominado Salas + Verdes, cuja configuração nos remete a uma concepção de Educação Ambiental conservacionista e preservacionista, com a qual não nos alinhamos.

Entendemos que o atrelamento a pressupostos que não condizem com uma perspectiva crítica, socialmente referenciada, nem com um processo educativo integrado, integrador, complexo, diverso e dialógico, não era cabível nesse espaço, construído coletivamente há quase duas décadas e, portanto, nos restou a insurreição, a ruptura, inclusive, com a terminologia adotada até então, de Sala Verde. Optamos por utilizar apenas a denominação de Centro de Integração Socioambiental – CISA, mantendo o fio condutor tecido a partir do GEPEADS, numa perspectiva teórico-metodológica freireana.

Com a saída do CAIC Paulo Dacorso Filho do campus da Universidade, que passou a ser gerido apenas pela Prefeitura Municipal de Seropédica, o CISA se instalou, a partir de 2020, na sede da CASTE – Casa da Agricultura Familiar, Sustentabilidade, Territórios e Educação Popular, setor da UFRRJ que abriga vários projetos institucionais.

Nesse novo espaço, após o período de isolamento social provocado pela pandemia de COVID-19, foram retomadas as atividades, com projetos voltados para a formação de educadores ambientais, sempre embasados num referencial teórico sólido e consistente da EA crítica em íntima relação com os pressupostos do GEPEADS que,

mesmo durante o período pandêmico, realizou um curso de extensão *online*, abrindo participantes de várias regiões do país e trouxe à discussão temáticas fundamentais para o campo teórico-metodológico da EA, além do Circuito Tela Verde, projeto advindo do MMA, em sua nona edição. Após a volta ao presencial, têm sido implementadas oficinas, debates, rodas de conversa, com a participação de estudantes de vários cursos de graduação e do curso de Formação de Professores do Colégio Estadual Presidente Dutra. Importa destacar que o GEPEADS e o CISA têm se debruçado nos estudos sobre as interfaces entre a EA e a Agroecologia, temática que teve centralidade na criação do Grupo e nas atividades desenvolvidas na então Sala Verde, que abrigou desde o seu início o projeto Espaço com Cheiro de Verde e outras ações que se instauram a partir do diálogo entre esses dois campos do conhecimento.

Este artigo pretende apontar algumas questões que têm animado a trajetória do GEPEADS e do CISA, destacando que serviram de inspiração para vários trabalhos de Monografias (TCC) de graduação, dissertações de mestrado e tese de doutorado. As autoras deste texto possuem uma íntima relação com essas questões, uma vez que participaram da criação do Grupo, em 2003, e da Sala Verde, em 2006, e desde então vêm pesquisando e direcionando suas atividades profissionais para o aprofundamento das discussões, sempre na perspectiva da Educação Ambiental Crítica e das possibilidades de interface com outros campos do conhecimento e com saberes e fazeres que tecem teias que ajudam na compreensão da complexidade que configura o cotidiano e fortalecem uma práxis que se alicerça no sonho possível e no esperar que o mestre Paulo Freire deixou como legado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Os estudos e pesquisas que referenciaram as primeiras ações desenvolvidas, que resultaram na decisão pela criação de um Grupo de Pesquisa e que, anos depois, permitiram a instalação da Sala Verde – CISA, têm sua base em importantes autores que vêm discutindo a questão ambiental e dão corpo e substância ao que se denomina Educação Ambiental Crítica. Entendendo a crise socioambiental que tem se configurado cada vez mais desafiadora, sobretudo considerando as consequências desastrosas que têm impactado a humanidade, colocando em risco a vida no planeta e, em particular no nosso país, contribuem para um acirramento da fome, da miséria, da mobilidade urbana, da violência urbana e no campo, dentre outras mazelas sociais, torna-se fundamental

pensar e por em ação um processo educativo, comprometido com a qualidade de vida e capaz de direcionar um processo de transformação radical do paradigma capitalista colocado como possibilitador do desenvolvimento mundial. Enrique Leff destaca que “a crise ambiental é a crise do nosso tempo. O risco ecológico questiona o conhecimento do mundo” (2002, p. 191). Nesse sentido, não há mais como tentar mascarar os fenômenos climáticos, por exemplo, como fenômenos naturais. Já em 2003, Leff alertava para uma crise civilizatória: “A crise ecológica atual, pela primeira vez não é uma mudança natural; é transformação da natureza induzida pela concepção metafísica, filosófica, ética, científica e tecnológica do mundo.” (Leff, 2003, p. 19).

Desde o início dos nossos estudos deixamos vir à tona questões para as quais não tínhamos respostas prontas e acabadas, pelo contrário, precisaríamos aprofundar conhecimentos, buscar referências que pudessem iluminar nossos caminhos, antes mesmo de desenvolvermos ações concretas, o que exigiu muita disciplina e força de vontade, uma vez que, por muitas vezes, somos levados pelo imediatismo e pelo voluntarismo afã de resolver este ou aquele problema que nos parece urgente. Precisamos do amparo sempre preciso de nosso maior inspirador, Paulo Freire, que alerta para a necessidade da experiência, da prática, estar alicerçada na teoria e, num processo dialético, constante e consistente, enveredarmos por uma práxis, uma prática consciente que sai do senso comum e alcança um senso crítico acerca da realidade, capaz de ajudar ao processo de transformação social que se requer necessário. Uma pedagogia da práxis, libertadora, crítica e dialógica foi e continua sendo o ponta pé inicial de todos os processos formativos encetados a partir do Centro de Integração Socioambiental, em que temos ensinado e aprendido a todo momento, mediados pela leitura do mundo, na busca da construção de novos saberes e fazeres, entendendo que: “ensinar, aprender e pesquisar lidam com esses dois momentos do ciclo gnosiológico: o em que se ensina e se aprende o conhecimento já existente e o que se trabalha a produção do conhecimento ainda não existente.” (Freire, 2000, p.31)

Com essa base teórica definida, chega-se a novos questionamentos: de qual Educação Ambiental falamos e buscamos praticar? Quais os condicionantes, as dificuldades e as possibilidades que os Educadores Ambientais enfrentam, superam e constroem em seu cotidiano? Que Educação Ambiental é esta que permeia a formação

de profissionais, licenciados ou bacharéis? Como A Educação Profissional, de nível médio, trabalha as questões ambientais e de que ferramentas se utiliza para inseri-las em seus currículos? Que diálogos podem ser estabelecidos com outros campos do conhecimento que podem fomentar e alavancar processos efetivos de transformação na sociedade?

Certamente não temos respostas conclusivas para essas e outras questões que permearam a nossa trajetória. Mas temos algumas constatações que nos direcionam e animam a continuar. Uma delas é a própria escolha do grupo sobre a perspectiva de Educação Ambiental que atendesse às nossas buscas curiosas, às nossas formas de encarar o mundo, as relações estabelecidas e ao enfrentamento dos problemas detectados no campo ambiental. Percebemos que não há uma única compreensão/definição do que seja a EA e que a partir das discussões postas ela se apresentaem processo de contínua construção, e tem sido apropriada por diferentes abordagens, referenciais e atores, bem como pelo senso comum, que se estabelece, muitas vezes, nos espaços educativos. Marília Tozoni-Reis destaca que

entendendo a educação ambiental como educação e, portanto, como ação política, ela não é uma atividade neutra, pois é praticada por sujeitos que sofrem condicionantes biológicos, culturais, sociais, políticos e históricos. Tais condicionantes revelam diferenças conceituais que podem ser resumidas como: a educação ambiental para mudança de comportamentos - disciplinatória e moralista; voltada à sensibilização ambiental - ingênua e imobilista; centrada na ação - ativista e imediatista; como transmissão de conhecimentos ecológicos - racionalista e instrumental; e como um processo de conscientização – política-transformadora (Tozini-Reis, 2007, p. 179).

A EA da qual falamos e buscamos praticar é aquela que se alinha a uma perspectiva crítico-transformadora, muito bem defendida por Loureiro (2004), que a considera a partir de uma matriz teórica que entende a educação na perspectiva da transformação social, isto é, uma prática social voltada para criar condições individuais e coletivas para o enfrentamento da degradação ambiental resultante do modo de produção capitalista. Cabe observar que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, publicadas em 2012 e fruto de uma intensa discussão no âmbito dos movimentos que atuam na perspectiva crítica, assim a definiu:

[...] a educação ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa a vida humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental [...] (Brasil, 2012, p.2)

Observe-se que no Brasil a Educação Ambiental (EA) nasce nas instituições escolares por meio das políticas públicas devido às posições militantes que gradativamente ressoam no Congresso Nacional e demais lócus de decisões nacionais que interferem na Educação formal. O discurso dos processos sociais instituintes dessa militância, com o passar dos tempos, consolida-se em algumas instituições de ensino-pesquisa e ganha sensibilidade de aliar conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural com uma nova consciência de valores de respeito aos seres humanos e aos recursos naturais. As expectativas de formar nos indivíduos uma consciência ambiental pela difusão de novos valores e conhecimentos interdisciplinares têm resultado talvez numa dimensão culturalmente consciente de atitudes ecológicas. Considera-se que, como tal, ela se constitua num componente curricular que permeie toda a formação profissional, com uma visão de integração epistemológica (conhecimentos: conceituais e metodológicos), de natureza transdisciplinar, portanto uma componente que não ocupe apenas tempos e espaços num desenho curricular, compartimentado e atomizado de conteúdos que ainda predomina em grande parte das instituições de ensino e pesquisa, sob o campo científico hegemônico onde essa configuração repousa, numa lógica meramente instrumental/instrucional.

No que concerne aos condicionantes, dificuldades e possibilidades que os Educadores Ambientais enfrentam, em todos os trabalhos e atividades que vimos realizando, procuramos partir da ideia de **sujeito ecológico**, termo cunhado por Carvalho (2004, 2005; 2013), que argumenta que o sujeito ecológico é um sujeito ideal que sustenta a utopia dos que creem nos valores ecológicos, tendo por essa razão, um valor fundamental para animar a luta por um projeto de sociedade bem como a difusão desse projeto (Carvalho, 2004, p. 67). Para a autora, a postura ética de crítica à ordem social vigente, caracterizada numa produtividade ancorada na exploração de bens ambientais e na manutenção da desigualdade e da exclusão, é constitutiva do sujeito ecológico e atende às aspirações da EA.

Em referência ao questionamento acerca de como a Educação Profissional, de nível médio, trabalha as questões ambientais e de que ferramentas se utiliza para inseri-las em seus currículos, deve-se destacar que essa preocupação foi motivada pela busca de estudantes da Educação Profissional, do Curso Técnico em Meio Ambiente, do Colégio Técnico, da universidade, em participar de estágios na Sala Verde – CISA, a partir de 2015. Buscou-se promover experiências relativas à atuação profissional do técnico, bem como práticas pautadas na agroecologia e na educação ambiental crítica e emancipatória, a fim de contribuir para a inserção de tais perspectivas na formação desses futuros profissionais. Balizaram nossas reflexões e ações, autores que vêm discutindo e trazendo contribuições a formação de educadores ambientais, como Guimarães (2004), Boff (1999), Jacobi (2003), Layrargues (1997), Vieiras e Tristão (2016), dentre outros.

Desde o início do Grupo, em seus estudos e pesquisas e nos projetos, atividades e ações desenvolvidas pela Sala Verde – CISA, o diálogo com outros campos do conhecimento foi constante, marcadamente com a Agroecologia, que está entranhada na própria origem do GEPEADS, uma vez que a motivação para criá-lo partiu da necessidade sentida de maior aprofundamento e fundamentação teórica, no desenvolvimento de um projeto de extensão denominado: Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável do município de Paracambi, com base na Agroecologia. Já com o grupo estabelecido, participamos do Programa Redes Interdisciplinares em Espaços Populares - RIEP, com o Projeto de Educação Ambiental, em dois municípios limítrofes a Seropédica. Essa vertente de estudo tem mobilizado o grupo a dar centralidade a essa relação intrínseca entre Agroecologia e Educação Ambiental, entendendo-a como possibilitadora de contribuir para a construção de um outro mundo possível, socioambientalmente justo e potencialmente fraterno e solidário. Importantes referenciais têm contribuído para esse diálogo, tais como Altieri (2010), Caporal & Costabeber (2004;2011), Gliessmann (2001), e esse entrelaçamento nos permitiu um posicionamento acerca da própria denominação do grupo, que em sua ingenuidade inicial se utilizou do termo desenvolvimento sustentável e, com o aprofundamento das leituras e reflexões, optou para usar a terminologia sustentabilidade, que embora seja também polissêmica, tem mais identificação com os pressupostos da educação ambiental crítica aos quais nos filiamos.

3. Resultados e Discussões

A proposta deste artigo foi a de trazer à discussão as questões que mobilizaram, desde a sua criação, o GEPEADS e a Sala Verde - CISA e que permitiram durante esse percurso de 21 anos do Grupo e 18 anos do CISA, a formação de gerações de profissionais que se inserem em suas atividades laborais e nas suas próprias escolhas de vida, com uma perspectiva de mundo e de sociedade que se aproxima daquela que configura a ideia do sujeito ecológico, anteriormente mencionada. As questões que foram surgindo ao longo da trajetória permitiram um maior aprofundamento teórico capaz de apoiar ações e estratégias e têm trazido também novas possibilidades, novos questionamentos e novas elaborações teórico-metodológicas. Neste sentido, cumpre destacar que a opção que fizemos pela pesquisa participativa, em suas diferentes vertentes, como aporte metodológico principal, e uma vinculação originária com a educação popular e com o pensamento freireano, tem tido centralidade tanto nas atividades de pesquisa, quanto de extensão e, para tanto, a contribuição da obra de Carlos Rodrigues Brandão é sempre fundamental.

Ao nos questionarmos acerca dos condicionantes, das dificuldades e das possibilidades que os Educadores Ambientais enfrentam, superam e constroem em seu cotidiano, nos colocando como sujeitos ecológicos desse processo, é possível verificar que os desafios têm sido bastante grandes e de diferentes naturezas, desde os projetos que animaram a criação do Grupo, até os que estão postos na atualidade. Partem da própria (in)-compreensão do significado da Educação Ambiental, sobretudo por gestores municipais, de estabelecimentos de ensino e da nossa instituição de origem, que, muitas vezes a entendem numa lógica marcadamente conservadora, eventista e aliada a uma concepção de mundo que não lhes permite entender as interfaces sociopolíticas e culturais que estão presentes quando se pretende desenvolver ações voltadas às questões ambientais. Na atualidade, ainda vemos uma parcela significativa de sujeitos que se negam a admitir a crise climática e os desastres extremos como consequência das ações humanas, movidas pela ganância e pelo desprezo à vida.

Na direção do acima mencionado, o período pandêmico nos trouxe um acirramento desses desafios e a necessidade de resistência ao cenário de incertezas,

medos e desconstruções que a pandemia de COVID19 trouxe para a humanidade como um todo e que exigiu esforços e aprendizados capazes, não só de assegurar um nível de sanidade mental e física, mas sobretudo de buscar saídas possíveis e fraternas que continuassem a garantir a denúncia dos processos de destruição a que o planeta vem sendo submetido, a inexistência de políticas públicas e de sua conseqüente não tomada de decisões em prol da dignidade humana. Nesse contexto, o processo educativo sofreu duros reveses, a partir do necessário isolamento social, bem como pelas dificuldades de atendimento às demandas tecnológicas capazes de viabilizar, minimamente, a continuidade de atividades acadêmicas, em todos os níveis de ensino. Reinventar, criar metodologias inovadoras e construir propostas que trouxessem à discussão as questões mais candentes e, a partir delas, vislumbrar espaços pedagógicos formativos, se constituiu na mais efetiva forma de resistir e esperar em meio ao caos. A construção e desenvolvimento de um Curso de Extensão, sob a forma de encontros *online* e tarefas assíncronas, foi uma dessas experiências, que permitiu ao GEPEADS, juntamente com o CISA, reunir um grupo seleto de estudiosos, pesquisadores, representantes de movimentos sociais, estudantes, docentes técnicos, viabilizando que fossem apontadas novas possibilidades para lidar com temas centrais para a discussão das relações educação – ambiente- sociedade. Da decolonialidade às políticas públicas e à diversidade; da agroecologia e a segurança alimentar à cultura; dos processos educativos e suas metodologias às reflexões sobre a espiritualidade; da inclusão aos saberes tradicionais; da saúde ao cuidado, foram temas tecidos e entrelaçados que nos alimentaram e promoveram novos olhares e pensares que se desdobram no pós pandemia para construções outras que nos sustentam e incitam a continuar, sem soltar a mão de ninguém, nessas trilhas, percorridas com tantas trocas amorosas, mas também desafiadoras, fomos tecendo sonhos e inaugurando possibilidades de entender, perceber e atuar para o alcance de um outro mundo possível (sem que isso seja um simples jargão), solidário, fraterno, justo, diverso e, na diversidade, cada vez mais rico. Enfim, um mundo acolhedor, mas não onírico, e sim real, pulsante, constantemente aprendente. Nesses caminhos a que a Educação Ambiental nos levou e leva, descobrindo trilhas, esmiuçando coisas escondidas, desembaraçando a visão para enxergar melhor o universo que nos rodeia e o universo que mora em nós, encontramos desafios que nos

animam a pensar e repensar estratégias, pontos de vista, refundando crenças e perspectivas.

Ao nos alinharmos e defendermos a EA Crítica e apontarmos para a necessária aplicabilidade do que está prescrito na legislação, construída a partir de discussões coletivas, entendemos que as questões socioambientais deveriam estar presentes nos processos formativos, em todos os níveis e modalidades de ensino. Buscamos compreender e discutir se, e como, essas questões permeiam os currículos dos cursos de nossa instituição, sobretudo pelo seu histórico de prevalência dos cursos da área de ciências agrárias e que oferece diferentes cursos de Licenciatura. Em ambos os casos, a Educação Ambiental deveria estar presente e se estaria devolvendo à sociedade sujeitos com um cabedal de conhecimentos específicos de sua área de formação, permeados por uma visão mais abrangente do ponto de vista socioambiental. Realizamos uma pesquisa que envolveu estudantes dos anos finais e docentes de um grupo de cursos de licenciatura e de bacharelado, tendo o objetivo de verificar como a Educação Ambiental era praticada nos currículos cursos e qual a importância dada às questões socioambientais no processo formativo. Os resultados foram preocupantes, deixando vislumbrar a inexistência dessa temática nos currículos, ou, em alguns casos, quando era detectada trazia um viés conservacionista ou pragmático, característico de vertentes conservadoras da EA. De alguma forma, isso já era esperado, uma vez que os próprios estudantes participantes do GEPEADS sentiam essa defasagem em sua formação, tendo em vista que a procura por participar desse espaço se deu por escolhas individuais, a partir da curiosidade (algo tão importante, destacado por Paulo Freire como fundamental para o processo formativo), ou a partir de vivências anteriores ao ingresso na universidade. Essa pesquisa foi realizada em 2004/2005 e, posteriormente, em 2020/2021, uma pesquisa de monografia de graduação investigou essa mesma questão e os resultados foram muito similares, apesar da presença de variadas ações extensionistas comprometidas com a discussão ambiental.

A preocupação com a formação profissional de nível médio sempre esteve presente em nossas discussões e ações, pela importância que assume no cenário da educação brasileira, pelo histórico da educação profissional, em que a dualidade foi sempre marcante entre esta e o ensino propedêutico e, principalmente, por termos em

nossa instituição um Colégio Técnico, que oferta cursos técnicos em Agroecologia, em Meio Ambiente, em Agrimensura, além do Ensino Médio regular.

Pensando a educação em Paulo Freire, entendemos a necessidade de tecer reflexões acerca do ensino profissionalizante no Brasil, historicamente marcado por um viés mercadológico e destinado ao atendimento de demandas, sobretudo, do setor industrial. Ao longo do século XX, essa modalidade de ensino foi estruturada e operacionalizada visando incorporar as classes sociais mais pobres ao processo produtivo. O ensino propedêutico, por sua vez, foi direcionado para as classes sociais mais abastadas (Almeida *et al*, 2018).

A experiência com a utilização do CISA como espaço para a realização de estágios supervisionados curriculares, por estudantes do curso técnico em Meio Ambiente, foi extremamente enriquecedora, tanto para os estudantes do CTUR, quanto para estudantes do Ensino Fundamental, do CAIC, que realizavam atividades no espaço da, então, Sala Verde – CISA. Para estudantes de graduação e docentes envolvidos, foram possibilitadas trocas importantes que motivaram novas leituras, aprofundamentos e discussões, inclusive fomentando pesquisas de dissertações do Mestrado em Educação Agrícola. Entendemos que essa experiência exitosa significou uma ruptura significativa com a formação tecnicista e instrumentalizadora que historicamente predominou nos cursos técnicos profissionais, a partir do protagonismo da EA crítica na formação dos jovens que a vivenciaram.

Em 2023, o CISA desenvolveu atividades de extensão junto a duas turmas de terceiro ano do Curso de Formação de Professores, em nível médio, ofertado pelo Colégio Estadual Presidente Dutra. Por meio do projeto Educação Ambiental na Formação de Formadores, foram realizadas oficinas que proporcionaram a reflexão acerca da necessidade urgente das questões socioambientais fazerem parte da formação docente, além de materializar as práticas que podem ser realizadas junto à Educação Infantil, público que será atendido por professores formados pelo curso Normal. As práticas embasadas nas reflexões deixam de ser vazias de fundamento e se afastam do costumeiro eventismo que, por vezes, submerge as ações nas escolas.

As atividades organizadas e dinamizadas pelo CISA têm permitido que os estudantes de diferentes cursos de graduação, que delas participam, compartilhem seus

saberes e, fundamentados no estudo dos autores que se constituem como referência, desconstruam falsas percepções sobre as questões candentes relacionadas ao meio ambiente, trazendo reflexões teórico-práticas que têm permitido uma “troca de lentes” (Carvalho, 2004) acerca dessas temáticas, possibilitando novas percepções. além de experimentar e debater acerca de seu pertencimento à natureza.

A interface Agroecologia e Educação Ambiental tem alicerçado várias das atividades de pesquisa e extensão que desenvolvemos e solidificado o nosso entendimento de que a Agroecologia, enquanto ciência, técnica e movimento, traduz e viabiliza um novo estar no mundo, uma vez que não se trata apenas de um modo de produção, mas reflete um pensamento, um ideário acerca do mundo e das relações que nele se estabelecem. De acordo com Caporal e Costabeber (2004), a Agroecologia é muito mais que uma prática, pois vai além de mudanças tecnológicas e agrônomicas na forma de produzir. Concordamos com os autores ao realçar que quando se fala de Agroecologia, se pressupõe uma concepção teórico-metodológica cujas contribuições vão muito além de aspectos meramente tecnológicos ou agrônomicos da produção, incorporando dimensões mais amplas e complexas, que incluem tantas variáveis econômicas, sociais e ambientais, como variáveis culturais, políticas e éticas da sustentabilidade.

No cenário de crise planetária, onde as mudanças climáticas são colocadas com destaque na pauta das discussões dos governantes das diferentes nações, como recentemente vimos ocorrer na reunião do G20¹, no Rio de Janeiro, de 18 a 19 de novembro do corrente ano, o tema sustentabilidade e mudanças climáticas teve destaque nas discussões, bem como foi lançada oficialmente a Aliança contra a Fome e a Pobreza. Essas duas frentes de luta estão interligadas e entendemos que a Agroecologia ganha um significado marcante para o enfrentamento das suas principais demandas. Cumpre destacar que, desde a Revolução Verde, o agronegócio encontra-se na linha de frente das atividades que impactam o ambiente, trazendo danos muitas vezes irreversíveis à população, a partir da utilização

¹O G20 é um fórum criado em 1999, que reúne dirigentes das principais economias, desenvolvidas e emergentes, do mundo, tendo como objetivo o fortalecimento da economia internacional e a discussão de temas fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico global, como comércio internacional, agricultura, fontes de energia e meio ambiente. A recente reunião, no Rio de Janeiro, reuniu 19 Chefes de Estado, tendo a Rússia enviado um Chanceler representando o Presidente e ainda contou com a participação da União Europeia e da União Africana.

desenfreada de agroquímicos – pesticidas e defensivos agrícolas, os agrotóxicos, e, apesar de todas as denúncias embasadas em dados científicos, no período de 2018 a 2022, obtiveram uma liberação pelos órgãos governamentais que atingiu proporções assustadoras, num total descompromisso com a qualidade da vida da população.

Os estudos sobre os efeitos nocivos do uso de agroquímicos vêm sendo desenvolvidos já há algum tempo em diferentes países. Olhando para a situação nacional, um estudo detalhado² da professora Larissa Mies Bombardi (2017), estudiosa da Geografia Agrária, da USP, reuniu dados sobre os venenos utilizados na agricultura e o conjunto de efeitos que advém disso, ou seja, mortes por intoxicação, mortes por suicídio e outras intoxicações causadas pelos agrotóxicos no Brasil. Além disso, destaca que o país é o campeão mundial no uso de agrotóxicos e que há relação direta entre o uso de agrotóxicos e o agronegócio. Concordamos com a autora quando enfatiza que “A discussão do alimento e dos agrotóxicos une as questões agrárias e urbanas. Discutir os agrotóxicos é discutir qual pacto de sociedade e qual projeto de nação a gente tem”³. Que nação estamos a construir, qual o projeto de sociedade, que relação estabelecemos com a natureza, olhando-nos como partícipes desse ambiente e não como seus proprietários? Qual o papel da Educação Ambiental nesse contexto?

O GEPEADS e o CISA vêm se debruçando sobre os entrelaçamentos entre Agroecologia e Educação Ambiental, compreendendo os desafios, que são muitos, bem como as perspectivas que se abrem aos processos formativos. Foram desenvolvidas várias atividades de extensão, participações em eventos e já há uma compreensão consolidada acerca do enriquecimento propiciado a partir do diálogo entre as referências do campo da Educação Ambiental com os referenciais do campo da Agroecologia, o que tem permitido ampliar os horizontes e construir propostas de atuação que reforçam o esperar em um outro mundo possível.

Uma experiência que julgamos importante destacar e que buscou fazer a articulação entre a Educação Ambiental e a Agroecologia se deu durante a realização do Projeto Juventudes e Agroecologia, coordenado pela UFRRJ, que reuniu cerca de

²O Atlas *Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia*, publicado em 2017, demonstra de forma clara e com a apresentação de 150 mapas, os problemas do uso de agrotóxicos no Brasil.

³Palestra apresentada no Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (Cesteh/ENSP/Fiocruz), em agosto de 2019.

60 jovens de quatro regiões do Rio de Janeiro⁴ (Serrana, Norte Fluminense, Baía de Ilha Grande e Baixada Fluminense). Professores e estudantes, membros da Sala Verde – CISA e do GEPEADS, atuaram junto aos jovens buscando uma reflexão crítica, a partir de suas próprias realidades, acerca das questões ambientais, dos impactos que o planeta vem sofrendo ao longo de anos e que repercutem de forma negativa nas atuais e futuras gerações. Foram realizadas oficinas e práticas voltadas para o aprofundamento dessas reflexões, na perspectiva do entendimento da íntimaligação entre a produção agrícola e a sustentabilidade socioambiental, que envolveram profundamente os jovens. Nas etapas do tempo comunidade, com o retorno dos jovens às suas residências, houve um acompanhamento no sentido de poder ajudá-los a refletir sobre os conteúdos apreendidos no tempo escola e sua aplicabilidade na realidade concreta de suas propriedades. Pode-se observar que houve uma apropriação dos conteúdos e práticas desenvolvidos durante os encontros, quando da apresentação dos projetos elaborados pelos jovens, sob a supervisão dos tutores, que retrataram o compromisso com os princípios da agroecologia, com as questões ambientais, além de darem espaço àquilo que a literatura já apontava – a pluriatividade, representada sobretudo em projetos voltados à inserção do turismo rural, preocupados em levar o conhecimento e vivências da realidade do campo e de práticas que minimizem os impactos ambientais, como a busca de métodos alternativos para o manejo sustentável.

Outra experiência que buscou aliar as temáticas da Agroecologia e da Educação Ambiental foi a primeira edição do programa Residência Pedagógica⁵ no âmbito do subprojeto Educação do Campo (2018-2019). As atividades ocorreram em três escolas do campo situadas nos municípios de Japeri, Nova Iguaçu e Paracambi, na Baixada Fluminense, território notoriamente reconhecido como de maior vulnerabilidade social.

⁴ Esse projeto teve a coordenação geral do prof. Antonio Abboud e a coordenação pedagógica de Shirlene C. Barbosa, que convidou a equipe da Sala Verde- CISA/GEPEADS a participar da programação, desenvolvendo atividades ligadas à Educação Ambiental. O projeto utilizou o princípio formativo do jovem educa jovem e a metodologia da alternância.

⁵ O Programa Residência Pedagógica (PRP) foi lançado no governo Temer causando grande debate entre os pesquisadores da formação de professores, pois vinha como um substituto para o já consolidado Programa de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID. Após intensas movimentações das comunidades, manteve-se o PIBID em articulação como PRP como uma das ações integrantes da Política Nacional de Formação de Professores (PNFP) e tinha como objetivo o aperfeiçoamento da formação prática nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciando na escola de educação básica. O coletivo era formado pelos residentes que eram 24 discentes do curso de Licenciatura em Educação do Campo, três preceptores – que se tratavam dos professores regentes das unidades escolares em que aconteciam os projetos e a docente orientadora, vinculada à UFRRJ – professora Lilian Couto Cordeiro Estolano.

Tendo como ponto de partida uma formação reflexiva que envolvia as temáticas por parte dos integrantes (residentes, preceptores e a docente orientadora) e como estas temáticas poderiam ser contextualizadas aos conteúdos escolares. As atividades desenvolvidas no interior das unidades escolares se apresentaram como forma de alavancar os processos de aprendizagens para os docentes e para os jovens, que se beneficiaram de atividades elaboradas e ajustadas aos contextos escolares e realidades vividas por cada uma das comunidades escolares: foram construídas e materializadas instalações pedagógicas⁶ que contavam a história de tais comunidades escolares em articulação com a história rural de seus municípios. Tais instalações serviram de apoio para as temáticas de conteúdos do próprio currículo com história indígena, história afrobrasileira, as identidades dos sujeitos que formaram/construíram as escolas, sexualidade, juventude, ente outros temas sensíveis a juventudes.

4. Conclusões

Os estudos, as experiências, as elaborações teórico-metodológicas que vêm se dando nessa trajetória de mais de 20 anos do GEPEADS e 16 anos do CISA, nos permitem concluir que apesar dos desafios encontrados, em nível macro e micro, dos descompassos e retrocessos ocorridos com relação às políticas públicas, a insurgência sempre nos fortaleceu e animou a continuar a defender a Educação Ambiental Crítica, e nos impele a reforçar a necessidade de uma mudança de paradigma para a construção de um outro projeto de vida, de sociedade, de interação social, voltados para o Bem Viver, sobre o qual Alberto Acosta assim e refere

O Bem Viver, sem esquecer e menos ainda manipular suas origens ancestrais, pode servir de plataforma para discutir, consensualizar e aplicar respostas aos devastadores efeitos das mudanças climáticas e às crescentes marginalizações e violências sociais. Pode, inclusive, contribuir com uma mudança de paradigmas em meio à crise que golpeia os países outrora centrais (Acosta, 2016, p. 33).

⁶ Instalações pedagógicas são cenários que se assemelham a exposições artísticas e foram muito utilizados nas formações da classe trabalhadora nos anos 80 do séc. XX pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e também são muito utilizadas pelos movimentos sociais do campo em espaços-tempos de formação, normalmente acompanhados de música ou, mesmo, de uma encenação de modo a causar algum impacto reflexivo e também de criar uma unidade que respeite as pluralidades no coletivo (LOPES, L. S. et al. Troca de Saberes: vivenciando metodologias participativas para a construção de saberes agroecológicas. Resumos do VII Congresso Brasileiro de Agroecologias. Porto Alegre/RS, 2013)

E com esse entendimento nos permitimos afirmar que o ideário de uma Educação Ambiental Crítica, comprometida com o seu contexto, tem sido semeado, numa perspectiva de fortalecer conceitos e práticas ancoradas numa literatura que é bastante substantiva, bem como de (re)criar novos conceitos e práticas, de forma coletiva. São gerações de jovens, hoje profissionais, que partilharam de uma construção desafiadora e integradora, aliando aos conteúdos e práticas próprios às suas formações específicas, uma perspectiva socioambiental que é em sua essência interdisciplinar, crítica, dialógica, questionadora e que se renova na caminhada.

Sair do senso comum acerca do que constitui a EA não é tarefa fácil. Mudar as lentes que apontam nessa direção é desafiador e nos tem instigado, pois perceber um outro sentido, uma outra face da EA, qualifica a formação desses futuros profissionais, em especial dos Licenciandos que logo estarão às voltas com os desafios formativos de crianças e adolescentes e, aos bacharelandos, possibilita um olhar mais crítico sobre a sua formação e o entendimento que, independente do curso em que estão se formando, é possível se construir como educador ambiental, e, com isso, contribuir para uma real sustentabilidade, ancorada nos valores da ética, da justiça social e ambiental, do respeito às diferenças.

Nessa direção, percebemos que um amplo campo de atuação se apresenta desafiando os educadores ambientais, para além da chamada educação formal, ou seja, do ambiente escolar, num processo efetivo de construção/formação participativa. Neste sentido, o diálogo com as diferentes realidades encaminha para um compromisso que a EA crítica deve assumir, concordando com Kassiádou, que compreende que ela tem o compromisso de trazer a dimensão da realidade local, bem como a valorização dos saberes e fazeres das populações tradicionais que historicamente vivem em condições de vulnerabilização, invisibilidade, silenciamento e por vezes, criminalização, reconhecendo assim, outras epistemes (Kassiádou, 2018, p. 29).

Confiantes nas possibilidades de nos fortalecermos através das redes que se entrelaçam e se conectam na defesa da democracia, da justiça, do respeito à diversidade, da dignidade dos seres vivos, entendidos como parte da natureza, e da construção de um outro mundo e uma outra sociedade, reforçamos o nosso entendimento de que a Educação Ambiental, em sua perspectiva crítica, e a Agroecologia, como modo de nos

relacionarmos, de produzirmos e de consumirmos, podem e devem ser assumidas, em suas interfaces, como o paradigma formativo e estruturante pelo qual vale a pena lutar.

5. Referências

Acosta, A. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Editora Elefante, 2016.

Almeida, Vivian Soares de. **Estágio supervisionado com enfoque na educação ambiental: perspectivas de uma sala verde**. Dissertação de Mestrado. UFRRJ/PPGEA, 2018.

Almeida, Vivian Soares de; Estolano, Lilian Couto Cordeiro; Soares, Ana Maria Dantas. A Sala Verde como espaço dinamizador da educação ambiental no ensino profissional de nível técnico. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** Rio Grande, Ed. Especial EDEA, n. 1, p. 267-280, 2018.

Altieri, M. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista NERA**. Presidente Prudente, n.16, Ano 13, p.22-32, Jan./Jun. 2010.

Boff, Leonardo. **Saber Cuidar**: Ética do humano – compaixão pela terra, Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASIL, Resolução CNE/CP 2/2012. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de junho de 2012 – Seção 1 – p. 70.

Caporal, F. R.; Costabeber, J. **Agroecologia**. Enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: EMATER/RS, 2004.

Caporal, F.; Petersen, P. Agroecologia e Políticas Públicas na América Latina: o caso do Brasil. In: **Cadernos de Agroecologia**, Múrcia, v.6, n.6, p. 63-74, 2011.

Carvalho, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental**: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004

Carvalho, Isabel Cristina de Moura. A invenção do sujeito ecológico: identidades e subjetividade na formação dos educadores ambientais. In: Sato, Michelle. & Carvalho, Isabel. Cristina de Moura. (orgs) **Educação Ambiental; pesquisa e desafios**. Porto Alegre, Artmed, 2005

Carvalho, Isabel Cristina de Moura. O sujeito ecológico: a formação de novas identidades na escola. In: Pernambuco, Marta; Paiva, Irene. (Org.). **Práticas coletivas na escola**. 1ed. Campinas: Mercado de Letras, 2013, v. 1, p. 115-124..

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

Gliessman, S. **Agroecologia**: Processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2001

Guimarães, Mauro. **A formação de educadores ambientais**. Campinas: Papirus, 2004.

Jacobi, Pedro. Educação Ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, 118, 189-205, março, 2003.

Kassiadou, Anne. Educação ambiental crítica e decolonial: reflexões a partir do pensamento decolonial latino- americano. In: Kassiadou, Anne et al. **Educação Ambiental desde El Sur**. Macaé: Editora NUPEM, 2018

Layrargues, Philippe Pomier. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito?. **Proposta**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 71, p. 1-5, 1997.

LEFF, Enrique. A complexidade ambiental. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Epistemologia Ambiental. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

Loureiro, Carlos Frederico Bernardo. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

Oliveira, Glaucia da Silva Batista. **A Abordagem da Educação Ambiental na prática pedagógica do Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente**, Paulo Dacorso Filho. Dissertação de Mestrado, UFRRJ/PPGEA, 2016.

Pimentel, Samara dos Santos. **Sustentabilidade ambiental e formação profissional do técnico em agropecuária**: analisando novos caminho na busca da ambientalização dos cursos. Dissertação de Mestrado. UFRRJ/PPGEA, 2009.

Reigota, Marcos. **Meio Ambiente e Representação Social**. São Paulo: Cortez, 2004.

Tozoni-Reis, Marília Freitas de Campos. Contribuições para uma pedagogia crítica na educação ambiental: reflexões teóricas. In: LOUREIRO Carlos Frederico Bernardo. **A questão ambiental no pensamento crítico**: natureza, trabalho e educação. Rio de Janeiro: Quartet, 2007, p. 177-221.

Vieiras, Rosinei Ronconi & Tristão, Martha. A educação ambiental no cotidiano escolar: problematizando os espaçostempos de formação como processos de criação, **Educação** |Santa Maria,| v. 41, n. 1, p. 159-170. jan./abr., 2016.

Recebido em: 29-11-2024

Aceito em: 19-12-2024

Endereço para correspondência:

Nome: Ana Maria Dantas Soares

E-mail: anamdsrural@gmail.com



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)